



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete da Desa. Maria das Graças Morais Guedes

## ACÓRDÃO

**APELAÇÃO Nº 0001429-68.2014.815.0761**

**Origem** : Comarca de Gurinhém  
**Relatora** : Desa. Maria das Graças Morais Guedes  
**Apelante** : Josineide Antônia de Oliveira Nascimento  
**Advogado** : Antônio Amâncio da Costa Andrade  
**Apelado** : Município de Gurinhém  
**Advogado** : Adão Soares de Sousa

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA I. PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL. ASCENSÃO DISCIPLINADA PELA LEI MUNICIPAL N. 377/2010. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL JULGADA IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO.**

Nos termos da Lei Municipal, a progressão para a Professor Classe B1 necessita da conclusão de curso de Especialização na área de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Se a parte interessada demonstra a participação em especialização em área diversa, em total observância ao princípio da legalidade, não há se admitir como certificado hábil para fins de progressão nos termos da lei local.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos acima referenciados.

**ACORDA** a egrégia Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, **em negar provimento ao apelo**.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível interposta por **JOSINEIDE ANTÔNIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, objetivando reformar a sentença prolatada pelo juízo da Comarca de Gurinhém que, nos autos da ação de cobrança, ajuizada pela recorrente em face do MUNICÍPIO DE GURINHÉM, julgou improcedente a pretensão deduzida na inicial.

A autora ajuizou ação, sustentando que desde março de 1998, é professora da municipalidade promovida. Afirmou que, considerando o seu tempo de serviço, está enquadrada na Classe B, nível IV, do PCCR do Magistério. Por ter concluído curso de especialização, requereu administrativamente sua progressão vertical para a Classe B1, a qual foi indeferida.

Com base nisso, requereu seu enquadramento na Classe B1, bem como a condenação da municipalidade promovida ao pagamento dos valores retroativos, e, inclusive, os reflexos na Gratificação de Estímulo a docência (GED), e quinquênios.

Contestação às fls. 41/45, pugnando pela improcedência do pedido.

Sentença às fls. 55/57, julgando improcedente a pretensão exordial, por não ter a autora comprovado a titulação exigida em lei.

A promovente interpôs recurso apelatório, fls. 61/64, deduzindo os mesmos argumentos expendidos na exordial, bem como que a sua especialização atende aos requisitos previstos no art. 8º, I, § 7º, da Lei Municipal n. 377/2010.

Contrarrazões às fls. 69/72.

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer, ao argumento de que se afigura desnecessária a sua intervenção (fls. 77/78).

**É o relatório.**

**V O T O**

**Desa. Maria das Graças Moraes Guedes - Relatora**

Conforme se depreende dos autos, a autora/apelante foi nomeada para exercer o cargo de Professora do Município de Gurinhém (fl. 10).

Alega que em razão de ter concluído curso de especialização, teria direito a progressão na carreira para Professor Classe B1, entendimento não aceito pelo magistrado a quo.

É exatamente por entender ter preenchido os requisitos legais, que pretende a reforma da sentença.

Pois bem.

A pretensão de progressão funcional vertical da recorrente ampara-se na Lei Municipal nº 377/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Gurinhém. Veja-se:

**“Art. 8º – São cargos de profissionais da educação os de Professor de Educação Básica 1, Professor de Educação Básica 2, Supervisor Educacional, Orientador Educacional, Administrador Educacional, Inspetor Educacional, Psicólogo Educacional e Assistente Social Educacional, com seus respectivos quantitativos fixados por lei discriminados no Anexo I desta Lei.  
(...)**

**I – Os Cargos de Educação Básica I corresponde:  
(...)**

**§ 7º – Professor Classe B1 – Corresponde ao exercício da docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano ou ciclos equivalentes e exigem de seus detentores qualificação mínima para o magistério em nível superior, em cursos de Licenciatura Plena, mais Especialização na área de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano;”**

Dá análise do preceito supratranscrito, verifica-se que fará jus ao enquadramento na Classe B1 o professor detentor de especialização na área de **Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano**.

*In casu*, contudo, de fato, observa-se dos autos que a autora não se desincumbiu do seu ônus de comprovar que preenche os requisitos legais. É que o título de especialização que embasa o pedido de progressão da autora não é na área de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Dá análise do caderno processual, o que se observa é que a especialização da autora é voltada para Orientação e Supervisão Educacional, não se enquadrando na exigência do artigo acima transcrito (fl. 14).

Destarte, essa conjuntura não deixa espaço para outro caminho senão o da improcedência do pedido em foco, devendo, assim, ser mantida a sentença.

Este egrégio Tribunal de Justiça, em caso análogo assim decidiu:

ADMINISTRATIVO - Apelação cível - Ação de cobrança - Servidora pública municipal - Professora da Educação Básica I - Progressão funcional vertical - Ascensão disciplinada pela Lei Municipal n. 377/2010 - Inexistência de comprovação de atendimento aos requisitos legais - Pretensão deduzida na inicial julgada improcedente - Manutenção da sentença - Desprovemento. Em respeito ao princípio da legalidade, nenhuma vantagem pecuniária pode ser percebida por servidor público sem a correspondente lei que lhe dê amparo. - Dá análise do art. 8º, I, § 7º, da Lei Municipal n. 377/2010, verifica-se que fará jus ao enquadramento na Classe B1 o professor detentor de especialização na área de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Não se desincumbindo a autora do seu ônus de comprovar que preenche os requisitos previstos em lei, a improcedência do pedido é medida que se impõe. V I S T O S, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de apelação cível, (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00014288320148150761, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ABRAHAM LINCOLN DA C RAMOS , j. em 19-04-2016)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - IMPROCEDÊNCIA - SERVIDOR MUNICIPAL - PROFESSOR - LEI Nº 378/2010 - PLANO DE CARGOS, CARREIRA E

REMUNERAÇÃO - PROGRESSÃO VERTICAL - CRITÉRIOS - ESPECIALIZAÇÃO EM ÁREA ESPECÍFICA - DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS - CONCLUSÃO DE CURSO EM ÁREA DIVERSA - REQUISITO NÃO ATENDIDO - FATO CONSTITUTIVO DE DIREITO NÃO COMPROVADO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR - INÉRCIA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - SEGUIMENTO NEGADO AO APELO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. Nos termos da Lei Municipal, a progressão para a Professor Classe B1 necessita da conclusão de curso de Especialização na área de Educação Infantil ou do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Se a parte interessada demonstra a participação em especialização em área diversa, em total observância ao princípio da legalidade, não há se admitir como certificado hábil para fins de progressão nos termos da lei local. A distribuição do ônus da prova repousa, principalmente, na premissa de que, visando à vitória na causa, cabe à parte desenvolver perante o juiz e ao longo do procedimento uma atividade capaz de criar em seu espírito a convicção de julgar favoravelmente. Assim, incumbe ao autor a produção de prova hábil a demonstrar o fato constitutivo de seu direito, conforme artigo 333, I, do CPC. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00014071020148150761, - Não possui -, Relator DESA MARIA DE FATIMA MORAES B CAVALCANTI, j. em 12-04-2016)

Com essas considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

**É como voto.**

Presidiu o julgamento, desta Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 05 de julho de 2016, o Exmo. Des. José Aurélio da Cruz. Participaram do julgamento a Exma. Des. Maria das Graças Moraes Guedes (relatora), o Exmo. Dr. Marcos Wiliam de Oliveira, juiz convocado para substituir o Exmo Des.

Saulo Henriques de Sá e Benevides e o Exmo. Des. José Aurélio da Cruz.

Presente à sessão, o Exmo. Dr. Doriel Veloso Gouveia,  
Procurador de Justiça.

Gabinete no TJ/PB, em João Pessoa-PB, 06 de julho de  
2016.

Desa. Maria das Graças Morais Guedes

**RELATORA**